

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

**Um olhar para o processo de estruturação de grupos na atenção
psicossocial**

A look at the process of structuring groups in psychosocial care

**Una mirada al proceso de estructuración de grupos en la atención
psicosocial**

Johnatan Martins Sousa¹, Marciana Gonçalves Farinha², Raquel Rosa Mendonça do Vale³,

Fernanda Costa Nunes⁴ & Elizabeth Esperidião⁵

¹ Universidade Federal de Goiás. *E-mail:* johnatanfen.ufg@gmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-1152-0795>

² Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* marciana@ufu.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-2024-7727>

³ Centro Universitário de Mineiros. *E-mail:* raquelrmvale@gmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-2089-8842>

⁴ Universidade Federal de Goiás. *E-mail:* fernandanunes@ufg.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-5036-648X>

⁵ Universidade Federal de Goiás. *E-mail:* betesper@ufg.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-9284-6243>

*Informações do Artigo:**Johnatan Martins Sousa*johnatanfen.ufg@gmail.com

Recebido em: 20/03/2022

Aceito em: 17/05/2022

RESUMO

A estrutura grupal refere-se aos aspectos que possibilitam a formação e permanência do grupo, indispensáveis para o seu funcionamento. Objetivou-se descrever o processo de estruturação de práticas grupais em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, na perspectiva dos profissionais. Participaram 30 trabalhadores de quatro serviços da região central do Brasil. Estudo qualitativo do tipo pesquisa-intervenção. Foi utilizado questionário de perfil profissiográfico, rodas de conversa e diário de campo para coleta de dados, submetidos à análise de conteúdo temática. Lacunas ficaram evidentes, apontando a premente necessidade da educação permanente em saúde sobre pressupostos teóricos e práticos da tecnologia de grupo.

PALAVRAS-CHAVE:

Intervenção psicossocial; Grupos; Saúde mental; Drogas; Pesquisa qualitativa.

ABSTRACT

The group structure refers to the aspects that enable the formation and permanence of the group and are indispensable for its functioning. The objective of the present study was to describe the process of structuring group practices in Psychosocial Care Centers for Alcohol and Drugs from the perspective of professionals. Thirty workers from four services in the central region of Brazil participated. It consisted in a qualitative study of the research-intervention type. A professional profile questionnaire, conversation circles, and a field diary were used for collecting data, which were subsequently submitted to thematic content analysis. Gaps were evident, pointing to the urgent need for permanent health education on theoretical and practical assumptions of group technology.

KEYWORDS:

Psychosocial Intervention; Groups; Mental Health; Drugs; Qualitative Research.

RESUMEN

La estructura grupal se refiere a los aspectos que posibilitan la formación y permanencia del grupo, indispensables para su funcionamiento. El objetivo fue describir el proceso de estructuración de prácticas grupales en Centros de Atención Psicossocial para Alcohol y Drogas, en la perspectiva de los profesionales. Participaron 30 trabajadores de cuatro servicios de la región central de Brasil. Se trata de un estudio cualitativo del tipo investigación-intervención. Para la recolección de datos se utilizó un cuestionario de perfil profesional, círculos de conversación y un diario de campo, sometidos al análisis de contenido temático. Los vacíos fueron evidentes, apuntando a la urgente necesidad de educación en salud permanente sobre los supuestos teóricos y prácticos de la tecnología de grupo.

PALABRAS CLAVE:

Intervención Psicossocial; Grupos; Salud mental; drogas; Investigación cualitativa.

Nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a assistência prestada à comunidade é pautada, principalmente, em atividades grupais, cuja finalidade está na construção de um ambiente de acolhimento, de compartilhamento de experiências, de espaço de escuta, de oferta de suporte emocional, de orientações técnicas, de prevenção e promoção da saúde, de desenvolvimento de habilidades sociais e de estabelecimento de vínculos. Nessa perspectiva, de acordo com Brunozi et al., (2017), os grupos terapêuticos podem ser efetivos no

acompanhamento de pessoas em sofrimento existencial grave ou com transtorno mental.

Os grupos assumem inegável importância no trabalho de empoderamento do indivíduo no processo de tratamento. Isso favorece sua postura crítica e participativa e configura, portanto, eficiente estratégia de tratamento no CAPS. Ainda que os documentos oficiais recomendem sua utilização nos serviços especializados, eles não oferecem fundamentação teórico-metodológica necessária para o uso dos técnicos (Nascimento & Galindo, 2017).

Nesse âmbito, ressalta-se o valor dos processos de capacitação ao longo do exercício profissional por meio da educação permanente em saúde com enfoque na tecnologia grupal para os profissionais que atuam nos CAPS (Nunes et al., 2019). Durante o processo formativo e com vistas à aprendizagem significativa, as instituições de ensino precisam instrumentalizar os futuros profissionais com fundamentos teórico-práticos para que as escolhas das estratégias grupais e o processo de estruturação dos grupos sejam assertivos e em acordo com o contexto que será trabalhado (Pinho et al., 2019; Sousa et al., 2021).

A estrutura grupal refere-se aos aspectos que possibilitam a formação e permanência do grupo: critérios de seleção dos participantes, tamanho do grupo, frequência e duração dos encontros, recursos humanos e materiais indispensáveis para seu funcionamento (Maré, 1974; Castilho, 2002; Munari & Furegato, 2003). A natureza do grupo e tudo que envolve sua dinâmica precisam estar em sintonia e ser do conhecimento de todos os participantes (Nunes et al., 2020).

Quando se pensa em trabalho grupal, é importante planejar a ação antes ainda do início das atividades com os participantes (Kaspary & Seminotti, 2012; Lewin, 1947; Mailhiot, 2013). Aspectos relativos a critérios de inclusão/exclusão dos membros, tipo de grupo - aberto ou fechado - e clareza dos objetivos são elementos da estrutura grupal igualmente importantes (Nunes et al., 2020).

No processo de seleção e até o primeiro encontro, é desejável o levantamento das necessidades, das expectativas e do perfil do grupo quanto à idade, gênero, nível de instrução, condições socioeconômicas, interesses e expectativas pessoais. Esses dados possibilitam conhecer as potencialidades do grupo e também estabelecer seus objetivos e metas (Valentim et al., 2013).

Na perspectiva grupal tem-se observado que, no processo terapêutico, as intervenções grupais têm alcançado diversos benefícios, como o compartilhamento de experiências, o apoio mútuo no grupo, o aprimoramento de estratégias de enfrentamento, o desenvolvimento de habilidades interpessoais, o autoconhecimento, o reconhecimento das emoções e o aprendizado de como lidar com essas emoções. A modalidade grupal tem diversas vantagens, como baixo custo, trabalho multidisciplinar que possibilita olhares de diferentes profissionais e foco nos objetivos do trabalho terapêutico, permitindo assim maior êxito no tratamento (Voltolini & Silva, 2019).

Dentre as práticas grupais nos CAPS, estão as oficinas, consideradas como espaços de produção e manejo de subjetividade que atuam na reconstrução e fortalecimento de vínculos entre os sujeitos em sofrimento psíquico, suas famílias e a sociedade (Ibiapina et al., 2017). Nos CAPS Álcool e Outras Drogas (CAPSad), percebe-se um público que, além de apresentar um sofrimento devido ao uso problemático de álcool e de outras substâncias psicoativas, sofre com o estigma por não ser compreendido como portador de um transtorno ou como pessoa doente. As terapêuticas grupais auxiliam neste processo, favorecendo desde a discussão da problemática até as possibilidades de inclusão social, na medida em que experiências são compartilhadas e refletidas por todos. A equipe de saúde mental precisa considerar essa modalidade de atendimento, cuidando criteriosamente dos aspectos relativos à concepção das intervenções grupais, seu planejamento e organização, de forma a fazer sentido aos

participantes (Lopes et al., 2019; Sousa et al., 2020).

Dessarte, pesquisa realizada com 66 profissionais de CAPS e ambulatórios da Rede de Atenção Psicossocial de 23 municípios do Estado de Goiás com o objetivo de investigar as concepções teóricas das equipes multiprofissionais sobre grupo e analisar os fatores impulsores e restritivos para a prática com grupos, identificou que as dificuldades para o planejamento das intervenções grupais é um desafio enfrentado pelos trabalhadores na sua prática cotidiana (Nunes et al., 2022). Diante do exposto, o objetivo deste estudo é descrever o processo de estruturação de práticas grupais em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, na perspectiva dos profissionais.

Método

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo pesquisa-intervenção, que tem a proposta de incorporar uma intervenção psicossociológica durante o trabalho de campo, visando facilitar o processo de transformação institucional (Aguiar & Rocha, 2000; Rocha, 2006, 2010; Rocha & Aguiar, 2003). Foram utilizadas as recomendações para divulgação de estudos qualitativos (COREQ) para o desenvolvimento da investigação (Souza et al., 2021).

O estudo foi conduzido em quatro CAPS localizados na região Centro-Oeste do Brasil, sendo dois serviços classificados como do tipo II, um do tipo III e um infanto-juvenil. Participaram da pesquisa 30 profissionais selecionados por amostragem não probabilística que contemplaram distintas áreas de formação, incluindo trabalhadores de nível superior (psicologia, enfermagem, serviço social, educação física, musicoterapia, terapia ocupacional, gestão pública e artes) e nível técnico (técnico de enfermagem). A faixa etária variou entre 28 e 64 anos, e a expressiva maioria era do sexo feminino. Os critérios de inclusão foram: possuir idade igual ou acima de 18 anos e ter experiência ou estar exercendo trabalho com grupos na instituição no período da coleta de dados. Como critério de exclusão, definiu-se que não participariam os profissionais afastados em decorrência de licenças ou por estarem em período

de férias.

Dentre os participantes do estudo, 25 estavam trabalhando com práticas grupais na ocasião da coleta de dados, sendo que 21 deles mencionaram experiência com coordenação de grupos por um período maior a seis meses. Todos os profissionais convidados aceitaram participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em concordância com as recomendações da Resolução 466 de 2012 (Conselho Nacional de Saúde, 2012) e foram representados pela letra P, seguido do número da ordem de fala e do CAPS em que atuam.

Como instrumentos de coleta de dados, foi utilizado um questionário de perfil profissiográfico para a obtenção de dados sociodemográficos e de formação, qualificação e contextualização dos colaboradores com as práticas grupais, além de um instrumento para identificar a presença de fatores terapêuticos do grupo baseado no referencial de Yalom e Leszcz (2006) e Vinogradov e Yalom (1992), construído pelo pesquisador principal juntamente com a orientadora e aperfeiçoado por estudiosas da área de tecnologia grupal e letramento em saúde (Sousa, 2020). Também foram operacionalizadas quatro rodas de conversa, uma em cada CAPS, com tempo médio de duas horas registradas por meio de gravação de áudio. Todo o processo de obtenção dos dados transcorreu de março a abril de 2019.

Os encontros das rodas de conversa foram mediados por três pesquisadores, sendo o pesquisador responsável pós-graduando em dinâmica de grupo e gestão de equipes, uma docente com formação em consultoria e gestão de grupos e um auxiliar de pesquisa e acadêmico de enfermagem, que fizeram registros em diário de campo durante o processo investigativo. Concluída a coleta de dados, foi realizada uma oficina vivencial sobre a temática de grupos, procurando atender as demandas das equipes multiprofissionais dos CAPS em relação à prática com grupos.

Vale dizer que, antes da inserção no campo da pesquisa, foi realizado um teste-piloto em um CAPS para verificar se os instrumentos construídos estavam adequados para a finalidade almejada. A análise dos dados foi feita a partir dos passos recomendados por Bardin (2018) da análise de conteúdo, modalidade temática, (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos inferência e interpretação), com auxílio do *software* ATLAS.ti. Inicialmente, foi selecionado o material que seria analisado: as transcrições das rodas de conversa. Posteriormente, foi operacionalizada a leitura flutuante dos dados para a formulação das hipóteses iniciais. Em seguida, foi executada a codificação dos dados por meio da identificação das unidades de registro e contexto que foram agrupadas por semelhança para a construção dos núcleos de sentido. Por fim, foi feita a apresentação das categorias temáticas resultantes do processo analítico. A análise de dados foi realizada pelo pesquisador principal e supervisionada e validada pela orientadora do estudo.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás sobre o protocolo inicial nº 821.767 e o protocolo final nº 3.951.500 em atendimento às orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Resultados e Discussão

Caracterização dos Participantes

Tabela 1.

Características sociodemográficas e de formação profissional dos participantes do estudo. Goiânia, GO, Brasil, 2019.

Variáveis	N/30
Idade	
20 a 29 anos	1
30 a 39 anos	10
40 a 49 anos	5
50 a 59 anos	10
> 60 anos	4
Sexo	
Feminino	27
Masculino	3
Cor	
Pardo	14
Amarelo	2
Negro	4
Branco	10
Estado civil	
Solteiro	8
Casado	15
Divorciado	5
Viúvo	2
Formação profissional	
Psicologia	10
Serviço Social	5
Musicoterapia	3
Artes	3
Técnico em Enfermagem	3
Enfermagem	2
Terapia Ocupacional	2
Gestão Pública	1
Educação Física	1
Especialização	
Saúde Mental	6
Outra área	16
Não possui	8

Na tabela 1, encontram-se os dados sociodemográficos e relacionados à formação dos profissionais vinculados aos CAPS ad em frequência absoluta.

A categoria temática “Aspectos estruturais dos grupos” será apresentada neste estudo em três subcategorias: elementos relacionados à coordenação dos grupos, que vai delinear os critérios para a escolha dos profissionais que assumirão o papel de coordenadores das práticas grupais; aspectos relativos ao processo de formação de grupos, que vai descrever como os grupos são formados nos serviços pesquisados; questões referentes ao planejamento do atendimento grupal, com as considerações alusivas aos cuidados prévios às intervenções.

Elementos Relacionados à Coordenação dos Grupos

Os serviços pesquisados informaram uma diversidade de critérios para a escolha dos profissionais que deveriam assumir o papel de coordenadores das práticas grupais, variando desde a iniciativa do próprio profissional à identificação pessoal pela temática abordada no grupo, passando pela especificidade da área de formação, pela adaptabilidade aos grupos já existentes na instituição e também pela demanda do serviço.

Foi possível verificar, portanto, que os serviços não possuem critérios sistematizados para eleger os coordenadores dos grupos. Cada profissional, de forma individual e intuitiva, propõe e executa a prática que achar necessária.

(...) eu cheguei no CAPS, propus um grupo de roda de conversa a partir de uma necessidade discutida anteriormente pela equipe, e aí eu escrevi um projeto e propus.

Então, eu coordeno esse projeto de grupo da roda de conversa (P2 - CAPS 1).

Ainda que a iniciativa do profissional seja importante para iniciar um trabalho com grupos, é inquestionável que ele tenha formação apropriada e pautada em competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que englobam fundamentação teórica, vivência de experiência grupal, prática de supervisão e busca pelo autoconhecimento (Zimmerman, 1993). Dessa forma, é importante promover momentos de qualificação e aperfeiçoamento profissional pautados no desenvolvimento de competências das equipes multiprofissionais (Pessoa et al., 2018).

Em dois dos CAPS pesquisados, os gestores deixaram explícito que a proposta do trabalho grupal deve ser iniciativa do profissional: "...é uma proposta individual do profissional, ele que propõe fazer o grupo com tal perfil..." (P6 - CAPS 2); "Até o momento tem muito mais de uma vontade do profissional em desenvolver atividade em grupo." (P14 - CAPS 3). Tal compreensão traz a alusão de que o critério para coordenar grupos é a disponibilidade do profissional, e no caso em que ele não desejar atuar em grupo, poderá atender individualmente, favorecendo a reprodução da lógica da assistência ambulatorial num serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS), da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como foi pensado o CAPS, que deve ter a preferência pela oferta de atividades coletivas (Ministério da Saúde, 2015). Tal situação também foi relatada na Bahia e em Sergipe, onde verificou-se que nos 14 CAPS estudados havia um comportamento similar quanto à escolha das intervenções pelos profissionais, apontando a espontaneidade individual do trabalhador em exercer essa atividade (Jucá et al., 2008).

A prática ou identificação pessoal do profissional com intervenções grupais e a facilidade com os grupos já formados no CAPS foram critérios mencionados para a escolha de quem coordenaria grupos nesses serviços. A estratégia de alguns deles, no entanto, é a experimentação dos contratados, recém-ingressados nos CAPS, nos grupos já em funcionamento, procurando favorecer a ambientação desse profissional e da comunidade com ele.

Ao vivenciar experiências nos diferentes grupos disponíveis, é possível contribuir com o serviço de maneira mais efetiva, escolhendo coordenar os grupos com os quais houve maior afinidade, valorizando sua formação acadêmica e suas competências, o que possibilita maior identificação com o grupo. Foram encontrados relatos que ilustram essas situações vividas nos serviços: "Ela participa quando entra. Geralmente, ela passa por todos os grupos e aí ela tem uma identificação". (P10 - CAPS 2); "(...) a escolha do profissional para o grupo é

influenciada pela característica da pessoa, do profissional, e a identificação com o tema que é abordado no grupo” (P4 - CAPS 1).

Outro aspecto considerado na escolha dos coordenadores de grupos em um dos serviços pesquisados é que ele deve ser um profissional de saúde, conforme ilustra o seguinte relato:

(...) fizemos agora recentemente uma nova proposta que é cada trabalhador que é profissional, que tem uma graduação na área específica, ele cuidaria de três grupos (...) e o critério básico é ser profissional de saúde (...). A preferência é que sejam feitos grupos de profissionais interdisciplinar, não ter no mesmo grupo dois profissionais da mesma área (P23 - CAPS 4).

Esse é um critério amplo e não garante assertividade na condução do grupo, já que diversos cursos de graduação não têm disciplinas que abordam tecnologia grupal com a especificidade necessária para tal atividade.

A formação de um terapeuta de grupo requer conhecimentos na área social e humanística e prática de dinâmica grupal. Durante o percurso formativo, geralmente proporciona-se a participação do aluno em atividades institucionais, no curso teórico-técnico, nas supervisões e no seu envolvimento durante essas diferentes atividades que permitem a capacitação técnica dos coordenadores de grupo (Pinto, 1986).

Outro aspecto igualmente importante é ter afinidade e gostar de trabalhar com grupos, considerados atributos desejáveis para o profissional que trabalha na coordenação de grupos (Zimmerman, 1993; Andaló, 2001). Ressalta-se que a escolha de profissionais para coordenar grupos é complexa. Implica questões teóricas, habilidade técnica, oportunidade de vivenciar o processo grupal, além da disponibilidade e do comprometimento do profissional com sua permanente atualização para conduzir grupos fundamentados em princípios técnico-científicos da tecnologia grupal.

Aspectos Relativos ao Processo de Formação de Grupos

Alguns critérios citados quanto ao processo de formação de grupos foram relacionados às demandas do serviço, de forma a atender um maior número de pessoas em relação ao atendimento individual. O relato de um participante aborda esta questão:

(...) ou às vezes, porque tem uma demanda muito maior para aquela categoria profissional (...) o caso da musicoterapia, se ele fosse atender individualmente todo mundo, ele não iria conseguir, então o atendimento em grupo de musicoterapia é muito mais rico (P14 - CAPS 3).

Sabe-se, entretanto, que os motivos para a realização de grupos no CAPS não podem ser pautados apenas em atender a demanda e alcançar um quantitativo maior de usuários. Jucá et al. (2008) fazem alusão às pressões que os profissionais do CAPS passam e que não deveriam fundamentar a criação de grupos.

Os participantes, ao relatarem suas vivências que balizam os critérios para a criação dos grupos nos serviços comunitários de saúde mental, mencionam as demandas do território ao qual a instituição está inserida, as demandas do serviço e também as dos usuários: "(...) os grupos vão sendo formados de acordo com a demanda, vai atendendo e vai percebendo qual é a necessidade que vai tendo desse território e que os usuários estão querendo" (P3 - CAPS 1); "Eu acho que os nossos grupos também são criados segundo a demanda que o público apresenta. Então, a gente percebe a necessidade de criar grupos que atendam determinadas demandas" (P25 - CAPS 4).

(...) a gente pensou em criar grupos a partir da demanda da unidade do que a gente enxergava, na medida em que a gente começou a fazer isso a gente começou a perceber demandas mais específicas e aí, adequar os grupos a essas demandas e surgiram vários. (P17 - CAPS 3).

O trabalho integrado dos diferentes atores favorece o acompanhamento eficaz e eficiente dos usuários com transtornos psíquicos, garantindo seus direitos e aumentando a qualidade do cuidado (Barcelos et al., 2020). Campos e Jorge (2020) apontam que há lacunas no acesso e na prestação de serviços de saúde mental em todo o mundo e afirmam que as práticas territoriais de cuidado em saúde e saúde mental têm a capacidade de ofertar maior inserção dos usuários na comunidade, contribuindo com o empoderamento deles.

Foi nesta lógica de atenção que CAPS foram criados e regulamentados como serviços substitutivos ao modelo manicomial, ofertando o cuidado psicossocial no próprio território e com o sujeito em liberdade, aspecto que favorece muito sua inserção na sociedade. Esses serviços, ao utilizarem diferentes estratégias de tratamento - em destaque, por exemplo, as oficinas terapêuticas -, podem estimular o trabalho coletivo e a interação entre os usuários, na medida em que oferecem ferramentas terapêuticas para tal finalidade (Farias et al., 2017).

As intervenções grupais devem ser prioridade no CAPS e focadas na inserção do indivíduo na comunidade para fortalecer a vinculação e reduzir a exclusão social, muito comum entre pessoas em sofrimento psíquico grave. Nessa perspectiva, essa forma de cuidado, grupal e inclusiva, precisa ser estimulada sempre, com vistas a seguir os princípios da reinserção social e da reabilitação de maneira a minimizar as dificuldades dos usuários.

Ademais, os grupos implementados nos CAPS podem proporcionar inúmeras potencialidades no cenário do cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas, que englobam benefícios, equipe multiprofissional, processos de trabalho das unidades de saúde e usuários dos serviços comunitários de saúde mental, contribuindo para a reabilitação psicossocial e reinserção social das pessoas assistidas (Sousa et al., 2022). Além disso, as intervenções grupais nos CAPS ad proporcionam inúmeros fatores terapêuticos aos integrantes dos grupos, que apontam a efetividade dessa modalidade de cuidado e o êxito no tratamento (Andrade et al., 2022; Sousa et al., 2020). Isso demanda competência e planejamento sistematizado dos

grupos realizado pelos coordenadores, para reconhecimento e otimização desses elementos.

Dessarte, conhecer o perfil dos usuários atendidos nos CAPSad possibilita intervenções mais efetivas, pois considera a realidade e as demandas dessas pessoas. O cuidado ofertado deve ser avaliado continuamente com vistas a repensar as práticas e a reorientá-las, procurando aperfeiçoar o cuidado, incluindo as ofertas terapêuticas grupais nos CAPS (Trevisan & Castro, 2019).

Os participantes também externaram a possibilidade de formação de grupos a partir de acordos entre o profissional e o gestor da unidade, ou ainda a partir de discussões com a equipe multiprofissional. Os relatos a seguir contextualizam essa prática: “(...) não é fechado para construir novos grupos, nunca foi fechado assim. A gente tem essa possibilidade, a gestora sempre deixou a gente também pensar junto o que pode ser melhorado assim, qual grupo pode ser criado” (P7 - CAPS 2).

Tem um grupo literário que nós fizemos que nasceu nessa semana (...). O projeto nasceu assim, um falando, a equipe acatando: 'Ah, o grupo, vamos fazer isso.' Discutiram. Isso foi bem legal! Então, tem que preparar, tem que divulgar, e nasceu. Agora a gente está querendo que seja pelo menos uma vez no mês (P18 - CAPS 3).

Um estudo realizado em CAPS da região Sul do Brasil avalia quanti e qualitativamente esses serviços a partir das reuniões de equipe em que os profissionais levantam dúvidas, anseios e são levados para o espaço coletivo. Os resultados mostram que as interações, as trocas, as responsabilidades, o compartilhamento de saberes e de informações contribuem para o grupo decidir, democraticamente, os encaminhamentos da reunião, além do planejamento das ações decorrentes das decisões tomadas. Há maior organização do processo de trabalho, elevação de responsabilidade e maior segurança de toda equipe em desenvolver as ações decididas nessas reuniões (Santos et al., 2017).

Daí sobressai-se que as reuniões de equipe do CAPS propiciam um espaço importante na organização do trabalho, também considerado estratégico na estruturação dos processos de trabalho, por serem realizadas periodicamente e por reunirem profissionais que estão à frente do atendimento aos usuários, além de serem um espaço coletivo e permitirem o planejamento das ações multidisciplinares (Santos et al., 2017). Silva (2019) chama a atenção para a importância dada pelos profissionais ao trabalho de equipe na dinâmica cotidiana de cada serviço.

A produção de cuidado ofertada nos CAPS pode conter fatores internos ou externos. Os primeiros são autogeridos pela equipe e podem ser criados pelo nível de integração dos membros aliado ao interesse dos profissionais e dos gestores. Silva (2019) aponta como dispositivos internos as reuniões de equipe realizadas semanalmente e com discussão das demandas dos serviços e do planejamento das atividades; a capacitação dos profissionais da equipe; os momentos de confraternização. Os fatores externos, por sua vez, se originam da implicação dos gestores no processo dos serviços e de outros dispositivos da rede, como Ambulatórios e Centros Comunitários, além do Ministério da Saúde e da Coordenação de Saúde Mental, que possibilitam a manutenção necessária para o funcionamento delas, como recursos humanos e materiais. Dentre eles, considera-se também a supervisão clínico-institucional e a capacitação planejada com temáticas referentes à experiência dos serviços.

É, portanto, fundamental para a oferta de cuidados nos serviços que haja um trabalho integrado da gestão com a equipe técnica num diálogo aberto tendo em vista a atender os princípios norteadores da Política Nacional de Saúde Mental. Sarzana et al., (2018) destacam a necessidade da gestão do cuidado em saúde ofertado pela RAPS, em que todos os dispositivos devem manter uma comunicação contínua e rápida.

Um outro critério para a formação de grupos nos serviços estudados provém dos encaminhamentos dos usuários após passarem pelo acolhimento inicial ou diante de situações observadas no cotidiano no CAPSad pelos profissionais. Um dos participantes relatou sua experiência: "Durante o primeiro acolhimento, nós conversamos com o usuário e ele fala de si, às vezes, apresenta as atividades e dentre aquelas que a gente apresenta, a gente propõe e ele escolhe" (P24 - CAPS 4). O acolhimento é também uma estratégia terapêutica e por isso deve atuar no sentido de fazer a primeira aproximação do usuário e avaliar quais possibilidades terapêuticas podem beneficiar aquele indivíduo, incluindo os encaminhamentos necessários. É um espaço privilegiado de ordenação dos processos de trabalho (Moreira et al., 2018). São acolhedores os profissionais que realizam o primeiro atendimento no CAPS, sendo sua primeira função amparar o sofrimento daquele indivíduo que está à sua frente (Silva et al., 2019).

Consultar e rever o Projeto Terapêutico Singular (PTS) é igualmente necessário para possíveis ajustes na proposta de atendimentos ou nos encaminhamentos dos usuários às várias possibilidades terapêuticas nos serviços. É uma ferramenta que permite o cuidado integral em saúde mental nos diferentes dispositivos da RAPS e nos diferentes níveis de atenção à saúde, favorecendo a construção coletiva de cuidado (Diniz, 2017). Esse aspecto foi citado por um dos participantes, no sentido de que o PTS considera a demanda do usuário, a disponibilidade do serviço e as especificidades do caso:

De várias formas, uma delas é no PTS, o Projeto Terapêutico Singular, e aí vai depender da demanda dele também, da necessidade, do perfil, que horário que ele pode, se é de manhã, se é a tarde, dentro dos grupos que nós temos, e aí nós fazemos avaliação com ele (P3 - CAPS 1).

A despeito de o PTS ser uma importante ferramenta que possibilita a reflexão sobre o cuidado em serviços não manicomiais, pesquisadores apontam que sua elaboração nem sempre é realizada ou (re)atualizada periodicamente, permanecendo na perspectiva médico-centrada e apenas voltada para as atividades disponíveis no CAPS, desconsiderando outros espaços do território, a participação do usuário e de sua família, além da realidade do cenário em que ele está inserido (Silva et al., 2020).

Aspectos Referentes ao Planejamento do Atendimento Grupal

Os relatos dos participantes deixam claro que não há planejamento sistematizado das práticas grupais, como rotina no serviço, em função da estrutura do grupo, composição, objetivos ou suas características. Seguem se orientando, por cada encontro, ou de acordo com a necessidade percebida nos atendimentos: “Eu faço para cada encontro, mas sempre planejo no final do grupo. No Roda de Conversa, há uma dinâmica de escuta, de problematização do tema, de reflexão e depois, na avaliação, a sugestão do que eles querem” (P2 - CAPS 1). “Então, a demanda é sempre do grupo, por isso normalmente, os planejamentos são feitos semanalmente. Assim, semana que vem vamos trabalhar isso, na próxima semana tem que trabalhar isso” (P1 - CAPS 1). Houve relato de planejamento anual, em que são estabelecidas atividades que serão implementadas ao decorrer do ano: “Não sei se é estruturado ou semiestruturado, então a gente se senta no começo do ano e faz planejamento. Como cada semana é uma atividade, primeira semana jogos, segunda semana filme, terceira é...” (P13 - CAPS 2).

Ainda que o processo de planejamento preveja adequações e flexibilidade para o bom funcionamento do grupo, ações sistematizadas com vistas a planejar e avaliar a ação a cada encontro são imprescindíveis, considerando que o movimento do grupo é dinâmico e exige esse cuidado (Nunes et al, 2020). O planejamento, antes do início do grupo, deve ser organizado constando dia e horário do encontro, local, atividades a serem desenvolvidas,

formas de ingresso no grupo, tipo e natureza do grupo, se aberto ou fechado à entrada de novos membros, metodologia de trabalho e os recursos a serem utilizados (Yalom & Leszcz, 2006; Nunes et al., 2020).

O planejamento para cada encontro, por sua vez, deve avaliar o encontro anterior para levantar as demandas emergentes do próprio grupo, o que é considerado na avaliação de necessidades. Esse procedimento contribui para o diagnóstico da demanda que permitirá identificar o(s) assuntos a ser(em) trabalhado(s) no grupo e quem ficará encarregado por eles (Murta, 2008). No planejamento, é fundamental o coordenador ter flexibilidade, e ela pode variar de acordo com o tipo, os objetivos do grupo e as metas a serem alcançadas (Munari & Furegato, 2003; Yalom & Leszcz, 2006).

Nos CAPS que participaram deste estudo, todos os grupos em funcionamento na ocasião da coleta de dados eram do tipo aberto, caracterizados por uma estrutura de participação flexível dos seus membros, permitindo novas entradas a cada encontro e a possibilidade de cada integrante do grupo frequentar quantos encontros desejar (Motta & Fabiano, 2016). E, conseqüentemente, o planejamento é mais um importante recurso no trabalho com grupos, que precisa estar em foco para todos aqueles que fazem uso dessa potente ferramenta nos serviços.

Considerações Finais

O processo de estruturação das práticas grupais no contexto da atenção psicossocial requer preparo e muito engajamento ao que se pretende realizar. Das etapas iniciais do planejamento às intervenções grupais propriamente efetivadas, vários são os aspectos a serem atendidos e que podem influir diretamente no êxito desta modalidade de cuidado aos usuários dos serviços.

Não apenas os profissionais de saúde mental que coordenam grupos nos CAPS precisam ter clareza disso, mas também os gestores, de forma a utilizarem os recursos da tecnologia grupal nos serviços pelos quais são responsáveis. As instituições formadoras, em especial as que preparam profissionais para o atendimento em serviços de saúde, precisam investir na oferta de conteúdos relativos a essa importante estratégia de atendimento, demonstrando sua aplicabilidade por meio do ensino problematizador e vivencial, em que a aprendizagem dos preceitos teórico-técnicos se torna mais significativa. Vale salientar que estratégias de intervenção em grupo são consideradas basilares nos serviços comunitários e substitutivas em saúde mental, e constam das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental.

Foi possível identificar algumas fragilidades dos serviços no quesito relativo à estruturação dos grupos, foco deste estudo, que precisam ser superadas a fim de potencializar seus efeitos terapêuticos. Questões relacionadas ao pouco envolvimento da gestão com suas equipes, na falta de incentivo dessa modalidade de atendimento, considerando que por vezes fica somente a critério dos profissionais a oferta de grupos, desconsiderando que a essência das atividades nos CAPS deve ser de natureza coletiva. E quanto aos profissionais que estão atuando com grupos, ainda que grande parte deles tenha demonstrado interesse em atender de forma assertiva, ficaram evidentes algumas lacunas que apontam a premente necessidade da educação permanente em saúde direcionada aos pressupostos teóricos e práticos da tecnologia de grupo.

O presente estudo traz contribuições para o campo da psicologia e demais categorias profissionais que atuam na coordenação de grupos nas mais diversas abordagens em CAPS, pois traz reflexões sobre a importância da sistematização dos atendimentos grupais desde a concepção e o planejamento dos grupos, que interferem diretamente nos resultados a serem alcançados. Como limitação da pesquisa, destaca-se a coleta de dados realizada somente com o grupo de profissionais e gestores dos CAPS, sendo que a participação de outros

importantes atores sociais no contexto da tecnologia grupal como, por exemplo os usuários membros dos grupos, poderiam enriquecer o panorama da problemática abordada, o que sugere a realização de novas pesquisas sobre o tema.

Referências

- Aguiar, K. F., & Rocha, M. L. (2000). Práticas universitárias y formación socio-política. *Revista de Psicoanálisis y Cultura*, 11(1).
<https://www.acheronta.org/acheronta11/socio-politica.htm>
- Andaló, C. S. A. (2001). O papel de coordenador de grupos. *Psicologia USP*, 12(1), 135–152.
<https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000100007>
- Andrade, J. M. M., Farinha, M. G., Sousa, J. M., Vale, R. R. M., & Esperidião, E. (2022). Presença de fatores terapêuticos em atendimentos grupais em sala de espera. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 24(68907), 01–08. <https://doi.org/10.5216/ree.v24.68907>
- Barcelos, V. M., Teixeira, E. R., Rodrigues, D. P., Albino, D. A., Santos, M. I. S., Silva, K. C. C., & Viana, A. P. S. (2020) Atuação no território de um Centro de Atenção Psicossocial em um município da região metropolitana do Estado Rio de Janeiro: Relato de experiência. *Research, Society and Development*, 9(11), 1–11.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10853>
- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trans., 3ª. reimp.). Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Brunozi, N. A., Souza, S. S., Sampaio, C. R., Maier, S. R. O., Silva, L. C. V. G., & Sudré, G. A. (2017). Grupo terapêutico em saúde mental: percepção de usuários na atenção básica. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 40(e20190008), 1–9.
<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20190008>
- Campos, D. B., & Jorge, M. S. B. (2020). Produção do cuidado em saúde mental: Práticas territoriais na rede psicossocial. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(1), 1–18.
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00231>
- Castilho, Á. (2002). *A dinâmica do trabalho de grupo*. Qualitmark Editora.
- Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Diário

Oficial da União, Brasília.

<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Diniz, A. M. (2017). Projeto terapêutico singular na atenção à saúde mental: tecnologias para o cuidado em crise. *SANARE* (Sobral), *16*(1), 7–14.

<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1088>

Farias, I. D., Thofehn, M. B., Porto, A. R., & Kantorski, L. P. (2017). Oficinas terapêuticas: Percepção de trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial. *Journal of Nursing and Health*, *7*(3), 1–12. <https://doi.org/10.15210/jonah.v7i3.10109>

Ibiapina, A. R. S., Monteiro, C. F. S., Alencar, D. D., Fernandes, M. A., & Costa Filho, A. A. I. (2017). Oficinas terapêuticas e mudanças sociais em pacientes com transtorno mental. *Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem*, *21*(3), 1–8.

<https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0375>

Jucá, V. J. S., Lima, M., & Nunes, M. O. (2008). A (re) invenção de tecnologias no contexto dos centros de atenção psicossocial: recepção e atividades grupais. *Mental*, *6*(11), 125–143.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272008000200008

Kaspary, M. C., & Seminotti, N. A. (2012). Os processos grupais e a gestão de equipes no trabalho contemporâneo: compreensões a partir do pensamento complexo. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, *13*(2), 15–43.

<https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000200002>

Lewin, K. (1947). Frontiers in group dynamics: Concept, method and reality in social science, social equilibria and social change. *Human Relations*, *1*(1), 5–41.

<https://doi.org/10.1177/001872674700100103>

Lopes, L. L. T., Silva, M. R. S., Santos, A. M., & Oliveira, J. F. (2019). Ações da equipe multiprofissional do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. *Revista*

- Brasileira de Enfermagem*, 72(6), 1702–1709. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0760>
- Mailhiot, G. B. (2013). *Dinâmica e gênese dos grupos*. Editora Vozes.
- Maré, P. B. (1974). *Perspectivas em psicoterapia de grupo*. Imago Editora.
- Ministério da Saúde. (2015). *Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA*. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_a_colhimento.pdf
- Moreira, C. P., Torrenté, M. O. N., & Jucá, V. J. S. (2018). Análise do processo de acolhimento em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil: Considerações de uma investigação etnográfica. *Interface Comunicação, Saúde e Educação*, 22(67), 1123–1134. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0500>
- Motta, K. A. M. B., & Fabiano, F. A. (2016). Contribuições para o coordenador de grupos abertos. In K. A. M. B. Motta, D. B. Munari, (Orgs.), *As trilhas do trabalho de grupos: Teorias e aplicabilidade*. (pp. 47–55). CRV.
- Munari, D. B., & Furegato, R. A. (2003). *Enfermagem e grupos*. AB Editora.
- Murta, S. G. (2008). *Grupos psicoeducativos: Aplicações em múltiplos contextos*. Porã Cultural.
- Nascimento, T. M., & Galindo, W. C. M. (2017). Grupo operativo em Centros de Atenção Psicossocial na opinião de psicólogas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 422–438. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200013
- Nunes, F. C., Caixeta, C. C., Pinho, E. S., Souza, A. C. S., & Barbosa, M. A. (2019). A tecnologia grupal no cuidado psicossocial: um diálogo entre pesquisa-ação e educação

- permanente em saúde. *Texto & Contexto Enfermagem*, 28(e20180161), 1–13.
<https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2018-0161>
- Nunes, F. C., Farinha, M. G., Valentin, F., Barbosa, M. A., & Rua, M. S. (2020). Dinâmica de grupo e pesquisa-ação em saúde: possibilidades de aplicação. *Millenium*, 2(11), 65–71. <https://doi.org/10.29352/mill0211.07.00273>
- Nunes, F. C., Sousa, J. M., Pinho, E. S., Caixeta, C. C., Barbosa, M. A., & Costa, A. P. (2022). Fatores impulsores e restritivos da prática com grupos em serviços comunitários de atenção psicossocial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(1), 183–192.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19992021>
- Pessoa, C. I. P., Dimas, I. D., Lourenço, P. R., & Rebelo, T. (2018). Liderança transformacional e a eficácia grupal: o papel mediador dos comportamentos de suporte. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(1), 15–28.
<https://doi.org/10.1590/1982-02752018000100003>
- Pinho, E. S., Nunes, F. C., Vale, R. R. M., Sousa, J. M., & Silva, N. S. (2019). Grupo operativo como estratégia do processo de ensino aprendizagem. *Revista Gepesvida*, 5(11), 14–29. <https://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida/article/view/345>
- Pinto, C. C. C. (1986). Formação de psicoterapeutas de grupo. In L. C. Osório et al. *Grupoterapia hoje*. (pp. 31–40). Artes Médicas.
- Rocha, M. L. (2006). Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. *PSICO*, 37(2), 169–174
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1431>
- Rocha, M. L. (2010). Formação e prática docente: implicações com a pesquisa-intervenção. In I. M. Maciel. *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação*. (pp. 175–191). Ciência Moderna Ltda.
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises.

- Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64–73. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>
- Santos, E. O., Coimbra, V. C. C., Kantorski, L. P., Pinho, L. B., Andrade, A. P. M., & Eslabão, A. D. (2017). Reunião de equipe: proposta de organização do processo de trabalho. *Revista online de pesquisa Cuidado é fundamental*, 9(3), 606–613. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i3.606-613>
- Sarzana, M. B. G., Lessa, G., Preis, L. C., Perin, J. P. L., Andrade, S. R., & Erdmann, A. L. (2018). Gestão do cuidado na saúde mental sob a perspectiva da rede de atenção à saúde. *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, 22(e-1144), 1–8. http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622018000100268&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Silva, E. A. (2019). O trabalho em equipe na saúde mental: Construções rizomáticas e re(invenções). *Revista do NUFEN*, 11(2), 1–18. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200002
- Silva, M. L., Amboni, G., Silva, D. M., Kern, C. A. R., & Ferraz, F. (2019). Escuta psicanalítica no acolhimento em um Centro de Atenção Psicossocial. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 11(29), 63–83. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69781>
- Silva, N. S., Sousa, J. M., Nunes, F. C., Farinha, M. G., & Bezerra, A. L. Q. (2020). Desafios na operacionalização de projetos terapêuticos singulares nos Centros de Atenção Psicossocial. *Psicologia em Estudo*, 25(e49996), 1–15. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.49996>
- Sousa, J. M. (2020). *Intervenções grupais em Centros de Atenção Psicossocial AD*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. DSPACE - Repositório

- Digital da UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10495?mode=full>
- Sousa, J. M., Vale, R. R. M., Pinho, E. S., Almeida, D. R., Nunes, F. C., Farinha, M. G., & Esperidião, E. (2020). Efetividade dos grupos terapêuticos na atenção psicossocial: análise à luz do referencial dos fatores terapêuticos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(Suppl 1), 1–9. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0410>
- Sousa, J. M., Farinha, M. G., Silva, N. S., Caixeta, C. C., Lucchese, R., & Esperidião, E. (2022). Potencialidades das intervenções grupais em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 26(e20210294), 1–10. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0294>
- Sousa, J. M., Esperidião, E., Nunes, F. C., Caixeta, C. C., Landim, J. S. S., Farinha, M. G., & Silva, N. S. (2021). Ensino de enfermagem em saúde mental: foco na tecnologia grupal. *Research, Society and Development*, 10(12), e117101220057. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20057>
- Souza, V. R. S., Marziale, M. H. P., Silva, G. T. R., & Nascimento, P. L. (2021). Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. *Acta Paulista Enfermagem*, 34(eAPE02631), 1-9. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02631>
- Trevisan, E. R., & Castro, S. S. (2019). Centros de Atenção Psicossocial - álcool e drogas: Perfil dos usuários. *Saúde em Debate*, 43(121), 450–463. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912113>
- Valentin, F., Sá, L. C., & Esperidião, E. (2013). Práticas musicoterapêuticas em grupo: planejar para intervir. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, (15), 118–131. <http://www.revistademusicoterapia.mus.br/wp-content/uploads/2016/10/8-PR%C3%81TICAS-MUSICOTERAP%C3%81UTICAS-EM-GRUPO.pdf>
- Vinogradov, S., & Yalom, I. D. (1992). *Manual de psicoterapia de grupo*. Artes Médicas.
- Voltolini, G. G. O., & Silva, E. (2019). Tratamento grupal da obesidade em mulheres através

da terapia cognitivo comportamental. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 9(20), 143–155.

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/10943>

Yalom, I. D., & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de grupo: teoria e prática*. (5ª. ed.). Artmed.

Zimerman, D. E. (1993). Perfil e função do grupoterapeuta. In D. E. Zimerman (Org.),

Fundamentos básicos das grupoterapias (pp. 148–152). Artes Médicas Sul.